

**Distribuição da oferta de cursos de licenciatura nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro: um levantamento após duas décadas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96**

**Juliana Cristina Araujo do Nascimento**

ju\_geouff@yahoo.com.br

Mestranda em Educação

Programa de Pós - Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Educação (PUC-Rio)

**Murillo Marschner Alves de Brito**

murillo-marschner@puc-rio.br

Professor Doutor do Programa de Pós - Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Educação (PUC-Rio)

**Resumo**

No presente artigo realizamos uma investigação, duas décadas após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96, dinâmica histórica da oferta de cursos para formação docente em nível superior, tendo como recorte espacial o Estado do Rio de Janeiro. Como parte dos estudos sobre as mudanças recentes nas políticas e diretrizes para a formação de professores em nosso país, consideramos necessário documentar, a partir de evidências empíricas, tendências da evolução desta oferta. Nesse sentido, analisamos dados sobre as Instituições de Ensino Superior (IES), as matrículas e os cursos oferecidos. A partir deles, podemos observar não somente o movimento geral da expansão recente do acesso ao ensino superior no Brasil, mas também da oferta dos cursos de licenciatura, considerando as finalidades da ‘década da educação’. A fonte dos dados que fundamenta a análise é o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) de 2013. Consideramos que este estudo traz contribuições empíricas relevantes para a compreensão do universo institucional da

formação de professores em nosso país, e evidencia um aumento geral da oferta de vagas nos cursos superiores no Brasil nos últimos anos, bem como documenta sua diversificação. Os resultados são então analisados à luz do que foi proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que prevê que a formação mínima para os docentes da educação básica deve ser em nível superior.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96; Ensino Superior; Licenciatura.

## **Introdução**

Como parte dos estudos sobre as mudanças recentes nas políticas e diretrizes para a formação de professores no Brasil, faz-se necessário um acompanhamento dos resultados até então alcançados. Nesse sentido, as bases de dados disponíveis sobre o ensino superior são fontes privilegiadas de informações sobre as Instituições de Ensino Superior (IES), as matrículas e os cursos oferecidos. A partir desses dados, podemos observar não somente o movimento geral da expansão recente do acesso ao ensino superior no Brasil, mas também da oferta dos cursos de licenciatura, considerando as finalidades da ‘década da educação’.

Conforme Afonso, Ramos e Garcia (2012), a oferta de vagas na educação superior brasileira, historicamente, esteve localizada em cursos de bacharelado e na modalidade de ensino presencial. Nos últimos anos, o governo brasileiro vem implementando políticas visando a sua expansão: o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), além da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Como consequência, houve um crescimento significativo do acesso a esse nível de ensino no Brasil nas últimas décadas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Contudo, de acordo com as autoras, ainda que se tenha observado na educação superior brasileira um aumento significativo de Instituições de Ensino Superior e de matrículas nos últimos anos, a taxa de escolarização líquida da população de 18 a 24 anos continua baixa (13,6%) e a taxa bruta em torno de 25% (CNE, 2010). Desse modo, apesar de ter havido um crescimento significativo, o Brasil não atingiu as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010) quanto ao crescimento de matrículas, ao pretender inserir ao menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década, nem mesmo nas regiões economicamente mais desenvolvidas, que apresentam maior número de IES e de matrículas. A média do país subiu apenas de 8,8% para 13,6%. Nessa direção, o projeto de Lei do novo PNE (2011-2020), propõe elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, até 2020. Isso significa dobrar os índices verificados no final da última década (2010) (Afonso et al., 2012).

Segundo Gonçalves (2014), a tarefa de compreender a situação atual da formação de professores em nosso país, precisa se realizar diante da realidade histórica da sociedade e das políticas e reformas educacionais relacionadas às diretrizes da educação, bem como ao papel que o Estado ocupa nessa formação. E dentre os instrumentos das últimas reformas no âmbito da educação brasileira está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96. Essa, portanto, faz parte das matrizes político-pedagógicas e marcas recentes que exercem importante poder sobre como são formados os professores no Brasil. E, mesmo que admita formação de nível médio, em seu art. 87 propõe que a formação mínima exigida do docente seja a de nível superior. Assim ao finalizar a ‘década da educação’ (dezembro de 2006), o Brasil já deveria estar com a questão resolvida (Shiroma, Moraes e Evangelista, 2011).

Considerando o exposto, no presente trabalho propomos um levantamento, duas décadas após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (Brasil, 1996), da oferta de cursos para formação docente em nível superior na modalidade presencial, tendo como recorte espacial o Estado do Rio de Janeiro, por ser uma das unidades da federação com maior concentração de IES. Nos interessa saber se houve crescimento da oferta de cursos de licenciatura presenciais nas últimas duas décadas, e como está a sua distribuição entre as diferentes categorias administrativas e organizações acadêmicas. Este levantamento foi feito utilizando como fonte de dados secundários os microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) de 2013. A análise estatística deu-se a partir da utilização do *software* IBM SPSS *Statistics*.

## **Fundamentação Teórica**

O presente trabalho apóia-se na discussão acerca da formação docente, e vários autores têm se dedicado a essa temática. Saviani (2009) nos diz que a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular. A partir daí, examinando a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos, organiza em seis grandes períodos a história da formação de professores no Brasil. Já

---

Gonçalves (2014) distingue quatro matrizes formativas docentes históricas no Brasil: *matriz jesuítica*, de 1500 a 1759; *matriz positivista*, consolidada no período republicano; *matriz autoritária*, solidificada no período da ditadura militar; e, *matriz sociopolítica*, a partir da década de 1980, quando a dimensão sociopolítica passa a dominar o discurso pedagógico. Dentro da quarta matriz formativa histórica a autora localiza a atual LDBEN (9.394/96) e o processo de internacionalização da política educacional brasileira, convergindo com a entrada do Brasil na nova divisão internacional da economia mundial, quando passa a participar de encontros, comissões e documentos internacionais.

Shiroma et al. (2011) também abordam as articulações entre as reformas implementadas no ensino superior pelos governos brasileiros e as recomendações de organismos multilaterais. De acordo com as autoras, em 1990 realizou-se em Jomtien (Tailândia) a *Conferência Mundial de Educação para Todos*, financiada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pelo Banco Mundial. Dela participaram governos, agências internacionais, Organizações Não Governamentais, associações profissionais e personalidades destacadas no plano educacional em todo o mundo. Os 155 governos que subscreveram a declaração ali aprovada, *Declaração de Jomtien*, dentre eles o Brasil, comprometeram-se a assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos. Portanto, de acordo com as autoras, a atual LDBEN segue na bojo dessa declaração, incluindo as reformas propostas para a formação de professores para a educação básica.

Freitas (2007), ao examinar as políticas recentes para a formação dos profissionais da educação no Brasil, entre os anos 2006 e 2010, nos ajuda a compreender o que vem se efetivando nas políticas públicas para a formação de professores após a chamada ‘década da educação’. Segundo ela, a ação do Estado nas políticas de formação vem se caracterizando pela fragmentação, assegurando dimensões diferenciadas de profissionalização, diferenciando os conhecimentos científicos, técnicos e culturais oferecidos. A retomada e expansão de cursos normais de nível médio, para a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, consolidam a formação neste nível de ensino como política pública permanente, não transitória. Com isso, posterga-se a formação superior destes professores nas universidades, aspiração histórica dos educadores e exigência para a elevação da qualidade da educação pública.

## Dados e Métodos

Na presente investigação, os cursos de licenciatura das IES do Estado do Rio de Janeiro constituem o universo de análise ou população de interesse. A nossa unidade de análise é, portanto, cada um dos cursos registrados nos microdados do Censo da Educação Superior do INEP/MEC de 2013. A nossa hipótese, com base na pesquisa bibliográfica realizada, é de que houve expansão da oferta de cursos para a formação docente em nível superior, e principalmente na rede privada, seguindo o movimento geral da expansão dos cursos nas duas últimas décadas. Contudo, nas referências pesquisadas, não encontramos dados específicos para as licenciaturas e para o Estado do Rio de Janeiro, bem como para essas duas condições juntas. Nesse sentido, pretendemos contribuir com dados que apresentem de modo mais objetivo a evolução da oferta de cursos para esse grau acadêmico no Estado do Rio de Janeiro.

Realizamos o trabalho estatístico com o *software* IBM SPSS *Statistics*, e para obter as informações, foram utilizadas as seguintes variáveis qualitativas: *unidade da federação*; *categoria administrativa*; *organização acadêmica*; *grau acadêmico*; e, *data de início de funcionamento do curso*. Na primeira parte da análise dos dados, procuramos verificar a distribuição da oferta dos cursos de licenciatura, conforme as diferentes categorias administrativas e organizações acadêmicas das IES do Estado do Rio de Janeiro.

Dado que as informações constantes na variável *data de início de funcionamento do curso* eram nominais em dia, mês e ano, criamos uma variável como indicador de referência (31.12.2013), e, a partir dela, uma variável numérica em anos de funcionamento a qual denominamos *Tempo de Operação do curso em anos*<sup>2</sup>. Os anos de funcionamento foram agrupados em faixas de cinco em cinco anos, a começar de 1950, formando mais uma variável. Ao todo, foram criadas treze faixas, sendo a última de 2011 a 2013. Buscamos testar a hipótese de crescimento dos cursos de licenciatura ao longo do período, e, sobretudo, de 1996 a 2013. Empregamos a análise estatística de tabulação cruzada (Bussab e Morettin, 2013) em dois momentos: *início do funcionamento do curso* e *categoria administrativa*; e, *início de funcionamento do curso* e *organização acadêmica*. Buscamos testar a hipótese de

---

<sup>2</sup> A escolha por 2013 significa analisar a distribuição do tempo de operação (ou criação) dos cursos existentes em 2013. Muitos podem ter aberto e depois fechado etc. Talvez seja o caso de usarmos, no futuro, alguma base de referência mais antiga sobre os cursos.

dependência entre esses pares de variáveis para melhor compreender o crescimento da oferta dos referidos cursos. A seguir são apresentados os principais resultados da nossa investigação.

## Resultados

Na “Tabela I” temos o universo de análise, ou seja, dentre os cursos constantes nos microdados do Censo da Educação Superior 2013, aqueles referentes ao Estado do Rio de Janeiro. Nessa tabela, temos a distribuição de frequência conforme os graus acadêmicos: 1. Bacharelado; 2. Licenciatura; e, 3. Tecnológico, totalizando 2.551 cursos. Naquele ano, os cursos de licenciatura totalizavam 532, ou seja, 22,2% da oferta dos cursos superiores.

Tabela I. Cursos oferecidos conforme o grau acadêmico no Estado do Rio de Janeiro

GRAU ACADÊMICO	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
1. Bacharelado	1468	57,5	61,2	61,2
2. Licenciatura	532	20,9	22,2	83,4
3. Tecnológico	397	15,6	16,6	100
Total	2397	94	100	
<i>Missing</i>	154	6		
Total	2551	100		

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior 2013 - INEP MEC. Elaboração dos autores.

Na “Tabela II”, temos a distribuição da oferta de cursos de licenciatura conforme as categorias administrativas: 1. Pública Federal; 2. Pública Estadual; 3. Pública Municipal; 4. Privadas com fins lucrativos; e, 5. Privadas sem fins lucrativos. Conforme os dados observados, as IES Privadas sem fins lucrativos concentravam em 2013 a maior parte dos cursos de licenciatura, totalizando 46,8% (249); seguida das IES Públicas Federais, com 22,6% (120), e das IES Privada com fins lucrativos, com 21,2% (113). Em proporções menores estavam as IES Públicas Estaduais, 9,2% (49), e Municipais, com 0,2% (1). Logo, em relação à categoria administrativa, as IES Privadas totalizavam a maior oferta de cursos de licenciatura, 68% (362), naquele ano.

Tabela II. Cursos de licenciatura oferecidos no Estado do Rio de Janeiro conforme a categoria administrativa

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
1. Pública Federal	120	22,6	22,6	22,6
2. Pública Estadual	49	9,2	9,2	31,8
3. Pública Municipal	1	0,2	0,2	32
4. Privada com fins lucrativos	113	21,2	21,2	53,2
5. Privada sem fins lucrativos	249	46,8	46,8	100
Total	532	100	100	

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior 2013 - INEP MEC. Elaboração dos autores.

Já na “Tabela III”, temos a distribuição da oferta de cursos de licenciatura segundo a organização acadêmica: 1. Universidade; 2. Centro Universitário; 3. Faculdade; 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; e, 5. Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Conforme os dados, em 2013 a maioria dos cursos eram oferecidos em Universidades, com 59,8% (318) dos casos, seguida das Faculdades, com 22,6% (120) e dos Centros Universitários, com 14,3% (76). Em quantidade menores, os Institutos Federais, com 3% (16), e os Centros Federais, com 0,4% (2) dos casos.

Tabela III. Cursos de licenciatura oferecidos no Estado do Rio de Janeiro conforme a organização acadêmica

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
1. Universidade	318	59,8	59,8	59,8
2. Centro Universitário	76	14,3	14,3	74,1
3. Faculdade	120	22,6	22,6	96,6
4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	16	3	3	99,6
5. Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	2	0,4	0,4	100
Total	532	100	100	

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior 2013 - INEP MEC. Elaboração dos autores.

Na “Tabela IV” temos a distribuição da oferta dos cursos de licenciatura no Estado do Rio de Janeiro para o período de 1950 a 2013, conforme o início de seu funcionamento. Ao todo, um total de 441 cursos oferecidos, incluindo as diferentes categorias administrativas e organizações acadêmicas. Podemos observar que houve um crescimento da oferta dos cursos

de licenciatura ao longo do tempo analisado, e ele está concentrado entre os anos 2001 e 2010. Nesse período, houve um total de 52,4% (231) de cursos iniciados.

Tabela IV. Distribuição de cursos de licenciatura no Estado do Rio de Janeiro conforme o início do seu funcionamento

INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DO CURSO	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
1950 - 1955	2	0,4	0,5	0,5
1956 - 1960	2	0,4	0,5	0,9
1961 - 1965	8	1,5	1,8	2,7
1966 - 1970	28	5,3	6,3	9,1
1971 - 1975	47	8,8	10,7	19,7
1976 - 1980	21	3,9	4,8	24,5
1981 - 1985	11	2,1	2,5	27
1986 - 1990	18	3,4	4,1	31,1
1991 - 1995	7	1,3	1,6	32,7
1996 - 2000	46	8,6	10,4	43,1
2001 - 2005	108	20,3	24,5	67,6
2006 - 2010	123	23,1	27,9	95,5
2011 - 2013	20	3,8	4,5	100
Total	441	82,9	100	
<i>Missing</i>	91	17,1		
Total	532	100		

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior 2013 - INEP MEC. Elaboração dos autores.

Na “Tabela V”, propomos um teste de dependência entre as variáveis *início do funcionamento do curso* e *categoria administrativa*. Entre 1996 e 2000, o incremento dos cursos foi muito pequeno entre todas as IES, porém, nas Privadas sem fins lucrativos o percentual maior, 4,1% (18), seguido das Privadas com fins lucrativos com 3,6% (16). De 2001 a 2005, o crescimento foi maior, mais uma vez, entre as Privadas sem fins lucrativos, com 13,6%, seguida das Privadas com fins lucrativos, com 7,9%. Já entre 2006 e 2010, o crescimento maior foi entre as Públicas Federais, com 10%, seguida das Privadas com fins lucrativos, com 8,6%, e das Privadas sem fins lucrativos, com 7,5%. Juntas, as IES Privadas totalizaram 16,1% (71) dos cursos iniciados no período. De 2011 a 2013, os dados de crescimento foram muito baixos para todas as categorias administrativas, porém, juntas, as IES Privadas com e sem fins lucrativos tiveram um crescimento de 3,2% (14) dos cursos, superando o total das Públicas de 1,4% (6).



Tabela V. Tabulação cruzada entre o início do funcionamento e as categorias administrativas dos cursos de licenciatura no Estado do Rio de Janeiro

INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DO CURSO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA					Total
	1. Pública Federal	2. Pública Estadual	3. Pública Municipal	4. Privada c/ fins lucrativos	5. Privada s/ fins lucrativos	
1950 - 1955	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%	2 0,5%
1956 - 1960	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%	2 0,5%
1961 - 1965	4 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 0,9%	8 1,8%
1966 - 1970	6 1,4%	2 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	20 4,5%	28 6,3%
1971 - 1975	0 0,0%	1 0,2%	0 0,0%	7 1,6%	39 8,8%	47 10,7%
1976 - 1980	4 0,9%	4 0,9%	0 0,0%	3 0,7%	10 2,3%	21 4,8%
1981 - 1985	4 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	7 1,6%	11 2,5%
1986 - 1990	1 0,2%	2 0,5%	0 0,0%	2 0,5%	13 2,9%	18 4,1%
1991 - 1995	1 0,2%	2 0,5%	0 0,0%	1 0,2%	3 0,7%	7 1,6%
1996 - 2000	5 1,1%	6 1,4%	1 0,2%	16 3,6%	18 4,1%	46 10,4%
2001 - 2005	7 1,6%	6 1,4%	0 0,0%	35 7,9%	60 13,6%	108 24,5%
2006 - 2010	44 10,0%	8 1,8%	0 0,0%	38 8,6%	33 7,5%	123 27,9%
2011 - 2013	6 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	7 1,6%	7 1,6%	20 4,5%
Total	82 18,6%	31 7,0%	1 0,2%	109 24,7%	218 49,4%	441 100%

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior 2013 - INEP MEC. Elaboração dos autores.

Já na “Tabela VI”, a tabulação cruzada foi feita entre o *início de funcionamento do curso e organização acadêmica*. Entre os anos 1996 e 2000, o crescimento maior foi entre as Universidades, com 5,9% (26) dos cursos. Entre os anos 2001 e 2005 o maior percentual de crescimento observado foi, mais uma vez, entre as Universidades, com 14,5% (64), seguido dos Centros Universitários com 5,4% (24), e de um leve crescimento entre as Faculdades 3,6% (16). Entre 2006 e 2010, novamente entre as Universidades o crescimento foi maior, com 16,3% (72), desta vez, seguido pelas Faculdades, com 7,5% (33). Entre 2011 e 2013,

ainda que com um percentual pequeno, de 3,4% (15), o crescimento foi para as Universidades.

Tabela VI. Tabulação cruzada entre início do funcionamento e a organização acadêmica dos cursos de licenciatura no Estado do Rio de Janeiro

INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DO CURSO	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA					
	1. Universidade	2. Centro Universitário	3. Faculdade	4. Instituto Federal	5. Centro Federal	Total
1950 - 1955	2 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
1956 - 1960	2 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 0,5%
1961 - 1965	4 0,9%	4 0,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 1,8%
1966 - 1970	8 1,8%	5 1,1%	15 3,4%	0 0,0%	0 0,0%	28 6,3%
1971 - 1975	23 5,2%	18 4,1%	6 1,4%	0 0,0%	0 0,0%	47 10,7%
1976 - 1980	12 2,7%	7 1,6%	2 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	21 4,8%
1981 - 1985	8 1,8%	0 0,2%	2 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	11 2,5%
1986 - 1990	8 1,8%	1 0,2%	9 2,0%	0 0,0%	0 0,0%	18 4,1%
1991 - 1995	5 1,1%	0 0,0%	2 0,5%	0 0,0%	0 0,0%	7 1,6%
1996 - 2000	26 5,9%	4 0,9%	13 2,9%	3 0,7%	0 0,0%	46 10,4%
2001 - 2005	64 14,5%	24 5,4%	16 3,6%	4 0,9%	0 0,0%	108 24,5%
2006 - 2010	72 16,3%	9 2,0%	33 7,5%	7 1,6%	2 0,5%	123 27,9%
2011 - 2013	15 3,4%	0 0,0%	3 0,7%	2 0,5%	0 0,0%	20 4,5%
Total	249 56,5%	73 16,6%	101 22,9%	16 3,6%	2 0,5%	441 100,0%

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior 2013 - INEP MEC. Elaboração dos autores.

## Considerações Finais

Embora o recorte espacial para a análise tenha sido apenas o Estado do Rio de Janeiro, as conclusões vão ao encontro da literatura em relação ao aumento geral da oferta de vagas nos cursos superiores no Brasil nos últimos anos. Contudo, estamos nos referindo a um levantamento que busca acompanhar resultados de políticas públicas específicas que têm sido

direcionadas à formação de professores, neste caso, ao cumprimento (ou não) do que foi proposto na LDBEN 9.394/96, que prevê que a formação mínima para os docentes da educação básica deve ser em nível superior.

Mediante a observação dos dados, houve ampliação de cursos de licenciatura presenciais no período investigado. Entretanto, ainda é pequena a oferta desse grau acadêmico diante do bacharelado, que ainda corresponde à maior parte dos cursos oferecidos em 2013. Em relação à distribuição entre as categorias administrativas, as IES Privadas apresentaram maior crescimento, e, portanto, continuam a concentrar a maior parte da oferta de cursos de licenciatura, finalizada a ‘década da educação’. Em relação à organização acadêmica, as Universidades têm demonstrado um ritmo maior de crescimento nos últimos anos.

Longe de pretender uma análise conclusiva, consideramos que esses dados devem ser comparados com os de outros estados da federação e também com os referentes aos cursos oferecidos na modalidade à distância, uma vez que esta também corresponde a uma das frentes de atuação das políticas públicas de formação de professores, como pudemos constatar na literatura pesquisada.

## **Referências Bibliográficas**

Afonso, M. R.; Ramos, M. G. G. e Garcia, T. E. M. (2012). *Movimentos da Expansão do Ensino Superior na Universidade Brasileira*. Congress of the Latin American Studies Association, San Francisco, 23-26 maio, (paper) .

Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Brasília: Autor.

Bussab, W. O. e Morettin, P. A. (2013). *Estatística básica* (8 ed). São Paulo: Saraiva.

Conselho Nacional de Educação - CNE (2010). *Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década*. Brasília: Autor.

Freitas, H. C. L. (2007). A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, 1203-1230.

Gonçalves, A. R. (2014). *Matrizes formativas históricas e marcas recentes na formação inicial de professores no Brasil*. In: Barbosa, M. V. e Dantas, F. B. A. (orgs.), *Reflexões sobre a formação inicial de professores no Pibid* (pp. 25-39). Campinas: Mercado de Letras.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2013). *Microdados do Censo da Educação Superior de 2013*. Brasília: Autor.

Saviani, D. (2009). Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, 143-155.

Shiroma, E. O.; Moraes, M. C. M. e Evangelista, O. (2011). *Política educacional* (4 ed.). Rio de Janeiro: Lamparina.